



PARTICIPAÇÕES ABC S.A.
CGC/MF 00.635.156/0001-49
NIRE 35300142276

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA AOS
22 DE JUNHO DE 1995, LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO**

1. DATA, HORA, LOCAL: Aos 22 de junho de 1995, às 10 horas, na sede da Companhia na Rua Bráulio Gomes, 36 - 11o. andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. PRESENÇAS: A totalidade dos acionistas da Companhia.

3. MESA: Presidente: Carlos Antonio Rocca

Secretário: Leonel Pozzi

4. CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia de acordo com o parágrafo 4o. do artigo 124 da Lei no. 6.404/76.

5. DELIBERAÇÕES: tomadas por unanimidade dos acionistas.

5.1. Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a obtenção, junto à CVM, do registro como companhia aberta, bem como autorizar a emissão, para subscrição pública, de 2.100 (duas mil e cem) debêntures nominativas e não conversíveis em ações, no valor total de R\$24.626.789,00 (vinte e quatro milhões seiscentos e vinte e seis mil e setecentos e oitenta e nove reais), dividida em 22 (vinte e duas) séries, e sob as seguintes condições:

"I. DOS REQUISITOS

1.01. A Emissão de Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis no. 6.385 de 7 de dezembro de 1976 e 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

1.02. A Escritura Pública de Emissão de Debêntures ("Escritura") será registrada no Cartório de Registro de Imóveis do lugar da sede da EMISSORA.

II. DA EMISSÃO

A emissão observará as seguintes condições e características:

2.01 As DEBÊNTURES serão objeto de distribuição pública através de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, mediante o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM no. 13, de 30 de setembro de 1980.

2011

ENREGISTRO DE CREDITO DE CREDITO
CARTÃO DE CREDITO DE CREDITO
CARTÃO DE CREDITO DE CREDITO

2.02. Os recursos advindos da colocação das debêntures de todas as séries, destinam-se ao pagamento de 80% da fração ideal de 27% do imóvel matriculado sob o no. 71010, no livro no. 2 - Registro Geral do 1o. Cartório de Registro de Imóveis de Santo André adquirido em 22 de junho de 1995 consoante Escritura Pública de Compra e Venda lavrada nas notas do 14o Tabelionato de Notas da Capital, que será protocolada para registro no mesmo 1o. Cartório de Registro de Imóveis de Santo André, e ao cumprimento tempestivo de 80% das obrigações decorrentes da ampliação do SHOPPING MAPPIN ABC, situado na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Avenida Pereira Barreto 42, que caberiam à Casa Anglo Brasileira S.A., conforme Compromisso de Expansão do Shopping assinado pelos condôminos, Casa Anglo Brasileira S.A., Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, Fundação Banco Central de Previdência Privada - CENTRUS e Fundação CESP em 3 de agosto de 1994, obrigações estas que foram assumidas pela EMISSORA nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda supra citada pelos quais, após a execução da expansão, a EMISSORA deterá fração ideal correspondente a 27% do referido imóvel. O contrato de compromisso de expansão do Shopping Mappin ABC, a Escritura Pública de Compra e Venda, a respectiva planta do projeto, a autorização da Prefeitura de Santo André e Escritura Pública de Declaração, lavrada nas notas do 14o. Ofício da Comarca da Capital, no livro 1427, folhas 87 e seguintes, em três de agosto de 1994, farão parte integrante e complementar a Escritura de Emissão, sendo devidamente rubricados pelas partes para todos os efeitos legais.

2.03. Para todos os efeitos legais, especialmente a contagem dos acréscimos financeiros, a data de emissão das debêntures em todas as suas séries, será 23 de maio de 1995.

2.04. Serão, no total, emitidas 2.100 (duas mil e cem) debêntures nominativas, não conversíveis em ações.

2.05. O valor global da emissão será de R\$ 24.626.784,00 (vinte e quatro milhões seiscentos e vinte e seis mil e setecentos e oitenta e quatro reais), na data da emissão.

2.06. As debêntures de todas as séries terão Valor Nominal unitário de R\$ 11.727,04 (onze mil e setecentos e vinte e sete reais e quatro centavos), na data de emissão.

3

2025 RELEASE UNDER E.O. 14176



$$TIPO_n = \frac{1}{(1 + taxa\ juros)^{(23 - n)}}$$

onde

n - número da série

taxa de juros=1,0978852%

3.06. Os subscritores das debêntures da 1a. série, subscrevem em idêntica proporção debêntures das demais séries, integralizando-as conforme as datas previstas no sub-item 2.07 da Escritura.

3.07. O Valor Nominal das debêntures de todas as séries será atualizado monetariamente, conforme a fórmula:

$$VN_{(t)} = V0 \times Correção_{(t)}$$

onde,

$VN_{(t)}$ = Valor unitário das debêntures no mês t;

V0 - Valor Nominal unitário na data de emissão, sub-item 2.06;

$Correção_{(t)}$ é calculado segundo os seguintes critérios:

a) da data de emissão até a data da integralização a correção será apurada com base no Índice do Custo Unitário Básico (CUB) calculado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil e Grandes Estruturas no Estado de São Paulo (SINDUSCON). Para efeito de correção dos valores das debêntures será utilizada a seguinte fórmula:

$$Correção_{(t)} = Correção_{(t-1)} \times \frac{\text{número índice SINDUSCON do mês t-1}}{\text{número índice SINDUSCON do mês t-2}}$$

onde,

$Correção_{(t)}$ = correção monetária até o mês t;

$Correção_{(t-1)}$ = correção monetária até o mês t-1;

A correção aplicável ao mês de maio (correção(t) onde t= maio de 1995) é por definição igual a 1 (um);

$SINDUSCON_{(t)}$ = índice do Custo Unitário Básico (CUB) calculado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil e Grandes Estruturas no Estado de São Paulo do mês t.

e,



28.11.81

SECRETARIA DE ECONOMIA
 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
 E ORÇAMENTO

b) a partir da data de integralização, a correção será apurada com base no IPC-r (Índice de Preços ao Consumidor- Série R), calculado pelo IBGE conforme fórmula abaixo, assegurada, portanto, a correção acumulada até o mês da integralização com base no índice SINDUSCON, conforme letra "a" acima;

índice IPC-r do mês t-1

$$\text{Correção}_{(t)} = \text{Correção}_{(t-1)} \times \frac{\text{índice IPC-r do mês t-1}}{\text{índice IPC-r do mês t-2}}$$

onde,

$\text{Correção}_{(t)}$ = correção monetária até o mês t

$\text{Correção}_{(t-1)}$ = correção monetária até o mês t-1

$\text{IPC-R}_{(t)}$ = Índice de Preços ao Consumidor Restrito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do mês t.

3.07.1. Na hipótese de extinção dos referidos indexadores, ou se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, estes não possam mais serem utilizados como índices de atualização monetária nas emissões de debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade, aplicar-se-á, em seu lugar, o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM (FGV), ou, na sua falta, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC (FIPE/USP), ou, na sua falta, por outro que melhor represente a perda do valor da moeda nacional no período, nesta ordem, sempre considerando-se que o índice alternativo somente será utilizado na hipótese de o anterior deixar de existir ou de ser utilizado, por qualquer razão, como índice de atualização de debêntures.

3.07.2 Se o debenturista deixar de integralizar o valor das debêntures pelo mesmo subscritas nas datas devidas, conforme estabelecido no sub-item 2.07 acima, deverá fazê-lo pelo respectivo valor atualizado pela TR - Taxa Referencial de Juros do Banco Central do Brasil, ou pelo índice substituto nos termos do sub-item 3.07.1 acima, acrescido de juros moratórios à taxa de 1% a.m. (um por cento ao mês), sem prejuízo de multa convencional, irredutível e não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.08. O pagamento dos rendimentos, para todas as séries, será efetuado a partir da data de inauguração do Shopping Mappin ABC prevista no sub-item 3.08.3, de acordo com os critérios abaixo, sem prejuízo do rendimento mínimo previsto no sub-item 3.09. e sem prejuízo do disposto no sub-item 3.12 abaixo.



30 JUL 97

RECEBIM. DE DEBENTURAS E APLIC. DE RECURSOS
DEBENTURAS E APLIC. DE RECURSOS
RECEBIM. DE DEBENTURAS E APLIC. DE RECURSOS

3.08.1. Até a data da inauguração do Shopping Mappin ABC, as debêntures não farão jus ao recebimento de rendimentos.

3.08.2. A partir da data de inauguração do Shopping Mappin ABC e até a data da 1a. (primeira) amortização, conforme previsto no sub-item 3.19 abaixo, as debêntures de todas as séries, farão jus ao recebimento de rendimento correspondente a 80% (oitenta por cento) do total da receita líquida de aluguéis relativos as locações recebidas pela **EMISSORA**, correspondente a sua quota parte no Condomínio do imóvel de que trata o sub-item 3.02 acima.

3.08.2.1. O rendimento de que trata o sub-item 3.08.2. acima será devido, mensalmente.

3.08.3. A data de inauguração do Shopping Mappin ABC, para efeitos de pagamento de rendimentos conforme previsto no sub-item 3.08.2 acima, será 23 de maio de 1997. Entende-se por data de inauguração do Shopping Mappin ABC, a abertura de lojas em pelo menos 38.000 m2 (trinta e oito mil metros quadrados) de área bruta locável do Shopping.

3.08.3.1 Não obstante o disposto em 3.08.3, caso haja antecipação da inauguração do Shopping Mappin ABC em relação à data originalmente prevista, manter-se-á, de qualquer forma, para todos os efeitos legais dessa Emissão a data de 23 de maio de 1997 para todos os fins de cômputo de rendimentos nos termos aqui estabelecidos não podendo os debenturistas invocar a antecipação como geradora de novos direitos em relação à **EMISSORA**.

3.09. A partir da data de inauguração do Shopping Mappin ABC e durante os três primeiros anos de operação do Shopping Mappin ABC expandido, as debêntures de todas as séries farão jus ao recebimento de um rendimento mínimo de 12% a.a. (doze por cento ao ano), pago anualmente e calculado sobre o Valor Nominal corrigido monetariamente, da seguinte forma:

3.09.1. Ao final de cada período de 12 (doze) meses a partir do mês da inauguração e antes de ser paga a 12a. (décima segunda) parcela de rendimentos, proceder-se-á o cálculo do rendimento mínimo, a que farão jus as debêntures, nos três primeiros anos de operação do Shopping Mappin ABC expandido, da seguinte forma:

a) serão organizados os seguintes conjuntos de valores mensais:

R_F = somatório dos rendimentos mensais relativos a 12 parcelas, incluindo as parcelas dos 11 meses anteriores e a 12a. parcela ainda por ser paga, atribuídos à

SECRETARIA

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

debênture nos termos do sub-item 3.08.2, corrigidos monetariamente da data do efetivo pagamento do rendimento até a data do pagamento da décima segunda parcela, conforme a fórmula abaixo:

$$R_F = \sum_{t=1}^{12} \text{Rendimento}_{(F-t)} \times \frac{\text{IPC-R}_{(F-1)}}{\text{IPC-R}_{(F-t)}}$$

onde,

F - mês onde serão pagos os rendimentos das debêntures de todas as séries, dos meses múltiplos de 12 meses (12, 24 e 36) a partir do mês da inauguração;

IPC-R_(F-1) = número índice de preços ao consumidor restrito (IBGE), ou seu substituto conforme sub-item 3.07.1, do mês F-1;

IPC-R_(F-t) = número índice de preços ao consumidor restrito (IBGE), ou seu substituto conforme sub-item 3.07.1, do mês F-t;

Rendimento_(F-t) = Rendimento do mês F menos 1 mês ou, 2 meses, assim por diante conforme o valor de t do somatório acima;

O termo t, auxiliar do somatório acima, corresponde às parcelas pagas do seguinte modo:

t=1 --> 12a. parcela a ser paga;

t=2 --> 11a. parcela paga, e assim sucessivamente, até que

t=12 --> 1a. parcela paga.

e,

M_F = rendimento mínimo assegurado na forma do artigo 3.09, ou seja, 12% do valor nominal corrigido monetariamente até a data do pagamento da décima segunda parcela; calculado conforme a fórmula:

$$M_F = VN_F \times 0,12$$

onde,

F - mês onde serão pagos os rendimentos dos meses múltiplos de 12 meses (12, 24 e 36) a partir do mês da inauguração, das debêntures de todas as séries;

VN_F = valor nominal das debêntures, sub-item 2.06, atualizado monetariamente segundo sub-item 3.07 até o mês F;

b) se M_F for maior do que R_F, a diferença apurada será paga juntamente com a 12a. (décima segunda) parcela de rendimento a ser paga no mês F; se M_F for



REPUBLICA DE GUAYAMA
SECRETARIA DE ECONOMIA
CALLE 100 N. 100, GUAYAMA, P.R.

2013

SECRETARIA DE ECONOMIA
CALLE 100 N. 100, GUAYAMA, P.R.
GUAYAMA, P.R. 00981

SECRETARIA DE ECONOMIA

menor ou igual a R_F não haverá qualquer acréscimo à décima segunda parcela de rendimentos a ser paga no mês F.

3.10. Os rendimentos, para as debêntures de todas as séries serão pagos no dia 15 (quinze) do mês subsequente àquele ao qual se referir, ou seja, os rendimentos pagos aos debenturistas serão feitos nos mesmos meses em que os alugueis sejam recebidos pela **EMISSORA**.

3.11. Entende-se como "receita líquida de alugueis" a receita bruta correspondente aos alugueis e encargos efetivamente recebidos dos ocupantes dos imóveis, não importando os meses de competência, bem como os juros de mora e penalidades contratadas recebidos no caso de alugueis pagos em atraso, deduzida: (a) a taxa de administração do Shopping Mappin ABC, calculada sobre a receita bruta do período; (b) os encargos que deixaram de ser recebidos por vacância dos imóveis ou por inadimplência de seus ocupantes; e (c) outras despesas não reembolsáveis pelos ocupantes dos imóveis, porém vinculadas aos mesmos e necessárias para o seu funcionamento regular e, desde que, não constituam reformas, obras, ou quaisquer outras benfeitorias que se integrem ao valor do imóvel.

3.12. No caso de atraso de até 180 (cento e oitenta) dias na data de inauguração do Shopping Mappin ABC, prevista no sub-item 3.08.3, não se aplicará o disposto nos sub-itens 3.08 e 3.09 acima, incidindo (a) juros remuneratórios mensais à taxa de 12% ao ano, desde a mencionada data de inauguração originalmente prevista até a data em que a inauguração do Shopping Mappin ABC efetivamente ocorrer, sem prejuízo de (b) multa não compensatória e irredutível de 3% sobre o valor nominal corrigido monetariamente, conforme item 3.07(b).

3.12.1 O pagamento dos juros remuneratórios de que trata a letra "a" do item 3.12 acima será feito, mensalmente, no primeiro dia útil de cada mês posterior à data inauguração originalmente prevista, calculando-se os juros sobre o valor nominal corrigido monetariamente, conforme item 3.07 (b).

3.12.2 O pagamento da multa de que trata a letra "b" do item 3.12 acima será efetuado em uma única vez, juntamente com a primeira parcela do pagamento dos juros remuneratórios consoante sub-item 3.12.1 acima.

3.13 No caso de um atraso na inauguração do Shopping Mappin ABC superior a 180 (cento e oitenta) dias, será facultado ao debenturista optar entre declarar o vencimento antecipado das obrigações da **EMISSORA** previstas nesta Emissão



20.11.11

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE REGISTRO E TÍTULOS
TÍTULOS DE DEBÊNTURES

nos termos do sub-item 6.01.d da mesma, ~~ou~~ ^{ou} ~~continuar~~ ^{receber} a remuneração de 12% ao ano nos termos da letra (a) do sub-item 3.12. acima.

3.14. Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fizerem jus as debêntures de todas as séries, serão efetuados diretamente pela **EMISSORA** aos debenturistas, nas datas estabelecidas.

3.15. Caso não haja expediente comercial ou bancário na data do vencimento de qualquer obrigação, da **EMISSORA** ou do debenturistas, no local onde o respectivo pagamento deve ser efetuado, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

3.16 A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

3.17. Se a **EMISSORA** deixar de efetuar qualquer pagamento de rendimentos ou do principal nas datas devidas, deverá fazê-lo pelo respectivo valor atualizado monetariamente pela TR - Taxa Referencial de Juros do Banco Central do Brasil, ou pelo índice substituto nos termos do sub-item 3.07.1 acima, acrescido de juros moratórios à taxa de 1% a.m. (um por cento ao mês), sem prejuízo de multa convencional, irredutível e não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.18. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias da **EMISSORA** nas datas previstas na Escritura ou em datas divulgadas por avisos publicados por ela, **EMISSORA**, não lhe dará o direito ao recebimento de rendimentos e atualização monetária relativos ao período de atraso no recebimento, sendo-lhe assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data em que tais quantias ficaram à sua disposição.

3.19. As debêntures serão amortizadas a partir de 23 de maio de 2007(vinte e três de maio do ano dois mil e sete) em 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price, corrigidas monetariamente de acordo com o sub-item 3.07 e acrescido de juros remuneratórios de 12% ao ano.

3.19.1. A partir do início da primeira amortização, cessará automaticamente e de pleno direito a percepção dos rendimentos calculados com base nos aluguéis de que trata o sub-item 3.08 acima.

28/08/81

SECRETARIA DE ECONOMIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LEGISLAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE TREZORARIA

SECRETARIA DE ECONOMIA
SECRETARIA DE FINANÇAS

3.20. As debêntures poderão ser livremente negociadas a partir da data prevista de inauguração do Shopping Mappin ABC a que se refere o sub-item 3.08.3, respeitado o prazo de preferência de dezoito dias da **EMISSORA** para aquisição das mesmas e desde que todas as séries previstas nesta Emissão já tenham sido colocadas.

3.20.1. O debenturista que desejar ceder, transferir ou de qualquer forma alienar parte ou a totalidade de suas debêntures, deverá notificar a **EMISSORA**, por escrito, mediante aviso de recebimento, indicando a quantidade, o preço e as condições de pagamento oferecidas.

3.20.2 A **EMISSORA**, caso deseje exercer seu direito de preferência, deverá manifestar-se por escrito, contra aviso de recebimento, dentro do prazo de quinze dias corridos, contados da data que recebeu a notificação do debenturista ofertante.

3.20.3 Caso a **EMISSORA** haja manifestado a intenção de exercer seu direito de preferência, nos termos do sub-item 3.20.2 acima, deverá fazê-lo dentro de um prazo de três dias, a contar da data do recebimento de sua manifestação ao debenturista ofertante.

3.20.4 Findo o prazo de que trata o sub-item 3.20.3 acima sem que a **EMISSORA** tenha manifestado seu interesse em adquirir as debêntures oferecidas ou, tendo se manifestado a fim de adquirir as mencionadas debêntures, não o fez no prazo estabelecido no sub-item 3.20.3 acima, as debêntures tornar-se-ão livremente negociáveis.

3.21 Observado o disposto no sub-item 3.21.2 abaixo, a partir da data de inauguração do Shopping Mappin ABC os debenturistas poderão permutar suas debêntures por 80% (oitenta por cento) da fração ideal da garantia real a que se refere o sub-item 3.02 desta Emissão a que corresponderem as debêntures de que sejam titulares na data da permuta, ficando a **EMISSORA** desde já obrigada a efetuar a referida permuta.

3.21.1 Para fins da permuta a que se refere este item, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = \left\{ \frac{21,60}{100} \times \frac{1}{T} \right\} \times D$$

I = fração do imóvel a que fará jus o debenturista após a permuta;

T = número total de debêntures emitidas;

D = número de debêntures a serem permutadas pelo debenturista original.

3.21.2 A faculdade prevista no item 3.21 somente poderá ser exercida pelo debenturista que houver adquirido suas debêntures em emissão primária.

IV. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

4.01. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo.
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM no. 202/93, nos prazos previstos nos artigos 16 e 17 da citada Instrução; e

4.02. A EMISSORA obriga-se, ainda a:

- a) não realizar operações fora de seu objeto social;
- b) não constituir gravame, penhor, caução, ônus ou usufruto dos ativos que possui ou venha a possuir, exceção feita à hipoteca aqui prevista;
- c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei No. 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- d) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;
- e) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- f) notificar o **AGENTE FIDUCIÁRIO** sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da **EMISSORA** por mais de 30 (trinta) dias ou que possa, potencial ou efetivamente, ensejar o descumprimento pela **EMISSORA** de qualquer de suas obrigações ora estabelecidas.
- g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.
- h) efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM no. 202/93.
- i) manter seus bens adequadamente segurados;
- j) manter em adequado funcionamento serviços de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço;

2011

ADVERTISING PRESENTS COMPANY
OF CENTRAL AMERICA LIMITED
TEL. 700 9011-9012

3

1

- 1

11

2011

ENSINO AO NÍVEL DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

000000-01/00000000000000000000

AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a **EMISSORA** efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

5.04.1. Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

5.04.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das **DEBÊNTURES** no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

5.04.3. A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º. da Instrução CVM no. 28, de 23/11/83 e eventuais normas posteriores.


5.04.4. A substituição, em caráter permanente, do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento à escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada a mesma escritura.

5.04.5. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da escritura de emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

5.04.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

5.05. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



20m 27

ADVERTISING & PROMOTIONAL CONSULTING
GENERAL REPRESENTATIVE
FOR THE SOUTH PACIFIC & SOUTHERN

- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das **DEBÊNTURES**;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, da Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da **EMISSORA**;
- i) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
- j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSORA** deve efetuar suas publicações;
- l) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1o., letra "b" da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, as seguintes informações:
 - m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
 - m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA** incluindo os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da **EMISSORA**;

2006

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO TRAFEGO E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO

m.4) posição da distribuição ou colocação das **DEBÊNTURES** no mercado;
m.5) conversões e pagamento de juros das **DEBÊNTURES** realizados no período, bem como aquisições e vendas de **DEBÊNTURES** pela **EMISSORA**;

m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de **DEBÊNTURES**, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;

m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** na Escritura;

m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

n) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da **EMISSORA**;

n.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3) na CVM;

n.4) nas instituições que coordenam a colocação das **DEBÊNTURES**;

o) publicar, nos órgãos da Imprensa em que a **EMISSORA** deve efetuar suas publicações, referidos na Seção XI, e às expensas da **EMISSORA**, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na letra "n";

p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

q) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela **EMISSORA**, de obrigações assumidas, na escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM.

5.06. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

a) declarar, observadas as condições desta emissão, antecipadamente vencidas as **DEBÊNTURES**, e cobrar seu principal e acessórios;



SECRETARIA

SECRETARIA DE ECONOMIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
SECRETARIA DE ECONOMIA

SECRETARIA DE ECONOMIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
SECRETARIA DE ECONOMIA

- b) executar, se necessário, a garantia real, de que trata o sub-item 3.02 e aplicá-lo no pagamento, receber o produto da cobrança e aplicá-lo no pagamento integral ou proporcional, dos debenturistas;
- c) tomar qualquer providência necessária para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- d) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**, salvo deliberação em contrário da Assembléia dos Debenturistas.

5.06.1. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente emissão.

5.06.2. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas letras "a" e "b", do caput deste item se, convocada a Assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as **DEBÊNTURES** em circulação. Na hipótese da letra "c" será suficiente deliberação da maioria das **DEBÊNTURES** em circulação.

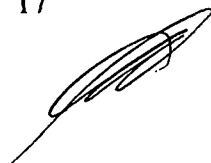
VI. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.01. Tanto o **AGENTE FIDUCIÁRIO** quanto qualquer debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas e pagáveis todas as obrigações oriundas da presente Emissão com relação às respectivas **DEBÊNTURES** e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal das mesmas debêntures, acrescido de correção monetária calculada na forma do sub-item 3.07 e rendimentos, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) decretação da falência da **EMISSORA**;
- b) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de toda e qualquer obrigação referente à emissão, não saneada em 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** ;
- c) declaração judicial, administrativa ou por decisão dos acionistas, da dissolução da **EMISSORA**, e/ou de sua liquidação.
- d) atraso na data da inauguração do Shopping Mappin ABC em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

VII. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

7.01. A **EMISSORA** fornecerá o orçamento e memorial descritivo do projeto de expansão do Shopping Mappin ABC que farão parte integrante da Escritura.



2011

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
IMÓVEIS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA
S.A. - EDEGI

7.02. No caso do valor despendido pelo projeto de expansão do Shopping Mappin ABC ser superior ao valor do orçamento, referido acima, por qualquer motivo, à **EMISSORA** será facultado emitir novas debêntures pelo valor correspondente a até 20% (vinte por cento) do mencionado orçamento original. Caso o valor total do projeto de expansão seja inferior ao valor referido no orçamento original, a **EMISSORA** cancelará debêntures pelo valor correspondente à esta redução.

VIII. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

8.01. Os titulares das debêntures de que trata esta Emissão poderão a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre matérias de interesse da comunhão dos debenturistas.

8.02. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pela **EMISSORA**, pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** ou por debenturistas que representam no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação.

8.03. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei No. 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

8.04. A Assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes.

8.05. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

8.06. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Emissão, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo 3/4 (três quartos) das debêntures em circulação.

IX. DA RENÚNCIA

9.01. Não se presumirá a renúncia a quaisquer direitos decorrentes da Escritura. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da **EMISSORA** prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

X. DESPESAS

10.01. Correrão por conta da **EMISSORA** todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a Escritura de

Emissão e Ata da Assembléia Geral Extraordinária, bem como os custos com a publicação desta última na forma legal.

XI. AVISOS E PUBLICAÇÕES LEGAIS

11.01. Qualquer publicação legalmente exigida deverá ser feita no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na Gazeta Mercantil ou em jornal de grande circulação em São Paulo.

XII. NOTIFICAÇÕES

12.01 Com exceção dos avisos e publicações a que se refere o sub-item 11.01 acima, todas as solicitações, notificações e outras comunicações estabelecidas na Escritura serão dadas ou feitas por telex, telegrama ou por escrito e telexadas, telecopiadas, telegrafadas, endereçadas ou entregues à parte que dever recebê-las, se a **EMISSIONA** à sua sede e se a um Debenturista no endereço fornecido por ele à **EMISSIONA** ou a outro endereço que a **EMISSIONA** venha a indicar aos Debenturistas ou que um Debenturista venha a indicar à **EMISSIONA**, e se ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na Rua do Tesouro 47, 3o. andar, centro, São Paulo, SP, CEP 01013-020. Todas essas solicitações, comunicações e notificações serão consideradas como tendo sido dadas, recebidas ou efetuadas quando transmitidas por telex, ou fac-símile ou pessoalmente entregues ou, no caso de notificação por telégrafo ou por correio, após o recebimento, em cada caso entregue ou endereçado conforme acima especificado, sem prejuízo da obrigação de notificação mediante aviso de recebimento nos casos expressamente estabelecidos na Escritura.

XIII. DIVISÃO

13.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza mesmo efeito.

XIV. DO FORO

14.1. Fica eleito o foro principal da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas da Escritura."

5.2 A Diretoria da **EMISSIONA** fica autorizada a firmar a Escritura nos termos acima expostos e descritos, bem como a firmar quaisquer outros documentos ou instrumentos necessários à efetivação da emissão das debêntures na forma proposta.

28 JUN 95

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA
DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

5.3 A Diretoria fica autorizada a contratar instituições financeiras credenciadas a operar no Mercado de Capitais, para a colocação pública das debêntures, bem como contratar o agente fiduciário nos termos e condições acima expostos e descritos.

5.4 Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos correlatos à emissão de debêntures, bem como delegar ao Conselho de Administração da Companhia, quando necessário for, poderes para, após a obtenção do registro de que trata o item 5.1 supra, praticar todos os atos contidos no inciso VI a VII do artigo 59 da Lei no. 6.404/76.

5.5 Ratificar todos os atos da administração da Companhia destinados à adquirir da Casa Anglo Brasileira S.A. fração ideal do imóvel de que trata o item 2.02 das condições de debêntures transcritas no item 5.1 acima.

5.6 Autorizar a lavratura da Ata a que se refere esta Assembléia Geral em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1o. do artigo 130 da Lei no. 6.404/76.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembléia Geral, que após lida foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes e devidamente assinada. São Paulo, 22 de junho de 1995. (a.a.) CARLOS ANTONIO ROCCA - Presidente, LEONEL POZZI - Secretário, SONIA COSETTE DOMIT ALVES, CARLOS ANTONIO ROCCA, LEONEL POZZI, FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH, WALTER ZANATTA, ELISEU MARTINS.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro no. 1 de Atas das Assembléias Gerais.

São Paulo, 22 de junho de 1995.

CARLOS ANTONIO ROCCA - Presidente

